



PROGRAMA DE CURSO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E CONTÁBIL

Profº Marízio Martins da Costa

www.consultre.com.br

Execução Orçamentária, Financeira e Contábil

A mais completa e integrada formação da área, realizada pela CONSULTRE com tradição de mais de 28 anos. Atualizada de acordo com o Decreto nº 10.540/20 para a implantação em 2023 do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (Siafic) em Estados e Municípios.

Objetivos

Apresentar, detalhar e consolidar o novo entendimento da Receita e Despesa Pública, bem como proporcionar uma orientação atual e segura sobre a reformulação orçamentária que acompanhou as modificações introduzidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o Manual da Despesa Nacional da Pública e o Decreto 10.540/2020.

Atualizar acerca das inovações introduzidas nos procedimentos da execução orçamentária e financeira, através das novas orientações da Secretaria Federal de Contabilidade do Ministério da Economia a partir do exercício de 2022.

Visando oferecer aos Órgãos e entidades da Administração Pública o suporte necessário ao eficiente desempenho das suas atividades, este curso tem o propósito de apresentar, detalhar e consolidar o novo entendimento da Receita e Despesa Pública, bem como proporcionar uma orientação segura sobre o tratamento orçamentário, considerando as alterações da Legislação pertinente, incluindo a reformulação pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) pelas portaria SOF e Portarias da STN voltadas para as Normas Brasileira de Contabilidade Pública e as novas exigências do Decreto 10.540/2020 para a implantação do Sistema SIAFIC para 2023 para Estados e Municípios, e atualização do 9º Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público-MCASP.

O curso propõe, ainda, a reciclagem e atualização dos participantes com uma visão integrada da área de Finanças Públicas, realçando as novidades no Orçamento Público. Também estarão presentes neste treinamento, temas como: os possíveis conflitos entre o cumprimento de contratos e a necessidade de limitar a execução da despesa; o papel do Ordenador de Despesa e suas preocupações quanto as punições da LRF, entre outros assuntos como as mudanças da Nova Lei de Licitações.

Pretendemos, por meio deste curso, fomentar o conhecimento e atualizar os servidores da Administração Pública municipal, estadual e federal acerca dos novos entendimentos da Receita e Despesa Pública, bem como, elucidar diversas dúvidas recorrentes, tais como:

- Como fazer o Orçamento Público?

- Como ficará o Orçamento Público com as emendas Orçamentárias Impositivas.
- Quem irá preparar os demonstrativos exigidos pelos artigos da LRF?
- Qual é o Papel do Setor Contábil mediante as informações do 9º Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
- Quais são as alterações e as novas exigências na área de material de consumo e permanente com a nova lei de licitações.
- Qual é o novo papel da Controladoria?
- Como se deve preparar os Estados e Municípios para implantação do Sistema SIAFIC para entrar em operação em 2023.
- Como elaborar um Plano de Ação exigido pelo Decreto 10.540/2020
- Como fica o Ordenador de Despesa neste contexto, e quais são as punições que porventura poderão sofrer?

Público-alvo

Administradores, ordenadores de despesas e gestores de recursos públicos; Servidores lotados nas áreas de planejamento, contabilidade, orçamento, finanças, materiais, patrimônio, controle interno e auditoria nas esferas Federal, Estadual e Municipal dos três Poderes; Profissionais de Administração, Economia e Contabilidade; e demais interessados na temática a ser abordada.

Conteúdo Programático

Estrutura da Administração Pública Brasileira:

O Estado Brasileiro

Serviços Públicos - Conceitos e Classificações

Princípios Fundamentais da Administração Pública Brasileira:

Planejamento;

Coordenação;

Descentralização;

Delegação de Competência;

Controle;

Orçamento Público:

Conceito;
Evolução do orçamento;
Princípios Orçamentários;
Como é feito o Orçamento;
Das emendas aos Projetos de PPA, LDO e LOA;
Como entender as Emendas Orçamentária na Lei Orçamentária Anual.

Receita Pública:

Conceito;
Classificação da Receita;
Classificação por Categoria Econômica;
A classificação por Fontes de Recursos;
Estágios da Receita;
Renúncia de Receitas.

Despesa Pública:

Conceito;
Classificação da Despesa;
Classificação Institucional;
Classificação Funcional Programática;
Classificação por Categoria Econômica;
Codificação da Despesa quanto à sua natureza.
Como entender a dívida Pública.

Mecanismos Retificadores do Orçamento:

Conceito;
Classificação dos Créditos Adicionais;
Características dos Créditos Adicionais;
Recursos Disponíveis para Abertura de Créditos Adicionais;
Suplementares, Especiais e Extraordinários.

Movimentação de Créditos Orçamentários:

Distinção entre créditos e recursos;
Descentralização interna e externa de orçamento e financeiro entre órgãos da Administração
Direta; entre órgãos da Administração Indireta;

Programação Financeira:

Conceito;
Finalidade
Objetivos

Lei de Responsabilidade Fiscal

Utilização de Créditos Orçamentários:

Pré-empenho da Despesa;

Empenho da Despesa;

Modalidades de Empenho

Empenho em liquidação

Liquidação de Despesa;

Pagamento de Despesa;

Ordem Cronológica

Exercício Financeiro:

Conceito;

Ocorrência;

Restos a Pagar:

Inscrição;

Distinção entre processados e não processados;

Proibição na Inscrição;

Liquidação de Restos a Pagar;

Cancelamento, Direito do Credor;

Punições pelo Código Penal;

Despesas de Exercícios Anteriores:

Conceito;

Ocorrência;

Formalização;

Prescrição

Enquadramento no limite da dívida-LRF

Suprimentos de Fundos:

Conceito;

Realização;

Restrição na Concessão;

Controle e valores;

Prestação de Contas;

Servidores em Alcance

Cartão de Crédito Corporativo

A Nova Contabilidade Pública a partir de 2022:

O Plano de Contas aplicado ao setor público

A Estrutura com novos grupos de contas;

A nova forma de Contabilização;
Novos Demonstrativos de Balanços;
Relacionamento do Regime Orçamentário com o regime de competência.
Campo de aplicação

A Obrigatoriedade de Custos:

Sistema de Custos;
Objetivos;
Obrigatoriedade
Apropriação de Custos na Administração Pública;
Regras para Apropriação.

SISTEMA SIAFIC:

Obrigatoriedade de Implantação
Plano de Ação
Funcionamento em 2023

Movimentação de Materiais:

Portaria de n.º 448 de 13 de setembro de 2002;
NBC TSP 07 com vigência a partir do exercício de 2019;
Material de Consumo e Material Permanente;
A nova Lei de Licitação, pontos afetos a área de Materiais,
Almoxarifado;
Entradas orçamentárias nos novos modelos de RMA e RMB;
Entradas Extra-orçamentárias no RMA e RMB;
Baixas do RMA ou RMB; Material de Consumo; Estoque Interno;
A obrigatoriedade de Depreciação no Setor Público Brasileiro;

Controle Interno:

Preceito Constitucional;
Competências; Controle da Execução Orçamentária e Financeira;
Controle Prévio ou a Priori;
Controle concomitante ou simultâneo;
Controle Subsequente;
Contas Anuais;
Tomadas de Contas Especiais;
Prestação de Contas;

Controle Externo:

Preceito Constitucional;

Organização;

Competência;

Julgamento de Tomadas de Contas Anuais e Especiais, Prestação de Contas;

Penalidades aos Administradores, membros de comissão de licitação;

Exercícios.

Professor



Instrutor em nível nacional há mais de 25 anos da Administração Pública, nas matérias de Orçamento e Finanças, Auditoria e Materiais, Gestão de Custos. Pós-graduação em Administração Pública pela Fundação Getulio Vargas (FGV), com Graduação em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas do Distrito Federal e em Administração pela AEUDF (Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal). Professor de Contabilidade Empresarial na faculdade UNEB-Brasília e de Pósgraduação da Faculdade Estácio de Sá do Rio de Janeiro. Atuou como Diretor de Contabilidade e Delegado de Contabilidade e Finanças do Ministério da Saúde, Coordenador Geral de Controle Financeiro no Ministério da Saúde, Coordenador geral de Fiscalização e Controle no Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) e do Ministério da Ciência e Tecnologia, atuou, também, como Analista de Finanças e Controle do Ministério da Fazenda.

Investimento, data, horário, carga horária, local:

Para mais informações, tirar dúvidas, fazer inscrição ou solicitar proposta com informações detalhadas da data desejada, acesse a página do curso:

<https://www.consultre.com.br/cursos/execucao-orcamentaria-financeira-e-contabil/>

Dados da Consultre

***Estamos cadastrados no SICAFI.**

Certidões: <http://www.consultre.com.br/certidoes>

Razão Social: CONSULTRE – CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA.

CNPJ: 36.003.671/0001-53 - Insc. Estadual: Isento - Insc. Municipal: 24.687-0

Endereço: Av. Champagnat, 645, Ed. Palmares, Sl.301 - Centro - Vila Velha – ES –
Cep. 29.100-011

Telefone: (27) 3340-0122 - **WhatsApp:** (27) 9 8179-1115

E-mail: consultre@consultre.com.br - **Site:** www.consultre.com.br

Dados para Pagamento

O pagamento poderá ser efetuado por meio de depósito, DOC ou ordem bancária na seguinte conta:

Banco: Banco do Brasil - **Agência:** 1240-8 - **Conta Corrente:** 105.895-9

Favorecido: CONSULTRE – CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA

CNPJ: 36.003.671/0001-53),

Sobre a Consultre

Há mais de 30 anos no mercado, a Consultre é referência nacional em cursos para a Administração Pública. Saiba mais em <https://www.consultre.com.br/hossahistoria/>

A CONSULTRE EM NÚMEROS

33

Anos de credibilidade

+80mil

Pessoas Capacitadas

+5mil

Clientes Fidelizados

+5mil

Cursos e seminários realizados

